**INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DE COTITULARIDADE, DIREITOS E DEVERES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL E NOME DO COTITULAR, NA PATENTE INTITULADA “NOME DA PATENTE/INVENÇÃO”, A SER DEPOSITADA PERANTE O INPI. (CASO SEJA PROGRAMA DE COMPUTADOR OU DESENHO INDUSTRIAL, ALTERAR PARA PROGRAMA DE COMPUTADOR OU DESENHO INDUSTRIAL A SER REGISTRADO PERANTE O INPI)**

**Processo n°: 23065.XXXXXX/2022-XX (PROCESSO DEVE SER ABERTO NO SIPAC E ENCAMINHADO À UNIDADE 11.00.43.03.06 Núcleo de Inovação Tecnológica)**

**Os itens em vermelho deverão ser modificados com as informações necessárias e colocados em preto. A definição de alguns campos depende de negociação entre as partes (Cláusulas 2.2, 2.4, 3.1, por exemplo). Esta observação também deve ser apagada na versão final.**

De um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS,** autarquia federal, com sede na Av Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL, inscrita no CNPJ sob nº 24.464.109/0001-48, representada por seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. Josealdo Tonholo, brasileiro, casado, professor universitário, portador(a) da carteira de Identidade nº 16554981 RGD/SP e inscrito no CPF sob nº 163.923.988-05, neste ato representada pelo Coordenador(a) do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFAL, Prof. Dr. xxxxxx, brasileiro, casado, professor universitário, portador(a) da carteira de Identidade n° xxxx SSP/AL e inscrito(a) no CPF sob n° xxxxx, doravante denominada **UFAL** e, de outro lado, **NOME E QUALIFICAÇÃO DO COTITULAR**, doravante denominada **“NOME/SIGLA DO TITULAR”,** pessoa jurídica de direito xxxx (natureza jurídica), inscrita no CNPJ sob n.º xxxx, ramo de atividade (ex. Indústria de plásticos), endereço completo (estabelecida na Av. xxxx, CEP xxx, neste ato representado(a) pelo seu (cargo ocupado), Nome completo, portador(a) da carteira de identidade n.º xxxx, SSP/AL, inscrito no CPF sob o n.º xxxx;

Considerando o interesse das Instituições de que o processo de pedido de depósito de patente ou registro de programa de computador ou desenho industrial seja iniciado na **UFAL**, e que sua tramitação, coordenação e acompanhamento seja compartilhado entre as **PARTES;**

**RESOLVEM** celebrar o presente **INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DE COTITULARIDADE, DIREITOS E DEVERES SOBRE TECNOLOGIA**, que será regido pelas Leis Federais nº 13.243/2016 e nº 10.973/2004, nº 9.610/1998, nº 13.971/2019, nº 14.133/2021; pelos Decretos nº 9.283 e nº 7.423/2010 e pela Resolução nº 107/2022 - CONSUNI/UFAL e suas alterações posteriores e pelas demais cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente Instrumento tem por objeto o reconhecimento mútuo dos direitos e obrigações sobre a **PROPRIEDADE INTELECTUAL**, no Brasil e Exterior, da patente de invenção ou registro de programa de computador ou desenho industrial inicialmente intitulada(o): **“TÍTULO DA PROTEÇÃO”,** a ser depositada ou registrado junto ao INPI, desenvolvida(o) pela **UFAL** e **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”**, doravante designada(o) “PROTEÇÃO”, que tem como pesquisadores/inventores, os seguintes:

**(inserir dados dos pesquisadores envolvidos: Nome, RG, CPF, cargo/vínculo e instituição, conforme exemplo abaixo)**

- NOME COMPLETO, Portador de R.G. n.º XXX, inscrito no CPF/MF n.º xxx, professor vinculado a UFAL;

- NOME COMPLETO, Portador de R.G. n.º XXX, inscrito no CPF/MF n.º XXX, pesquisador vinculado a “NOME/SIGLA DO COTITULAR”;

- NOME COMPLETO, Portador de R.G. n.º XXX, inscrito no CPF/MF n.º XXX, aluno de graduação, mestrado ou doutorado vinculado à UFAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE, DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**2.1.** Ambas as **PARTES** são responsáveis pela proteção legal da Propriedade Intelectual objeto deste Instrumento, em regime de cotitularidade, competindo às mesmas resguardar a propriedade de uso e apropriação indevidos por terceiros.

**2.2.** A proteção legal será decidida de comum acordo entre as **PARTES** envolvidas e requerida em regime de cotitularidade entre a **UFAL** e a **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”**, ficando desde já acordado que caberá: XX% (XXXX por cento) para a **UFAL** e XX% (XXXX por cento) para a **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”**, podendo somente uma das **PARTES** efetuar o depósito junto ao órgão competente, não deixando, contudo, de incluir todos os titulares e inventores/autores envolvidos.

**2.3.** A **UFAL** tem por obrigação requerer perante os órgãos competentes no Brasil o pedido de proteção, em nome da **UFAL e de “NOME/SIGLA DO COTITULAR”,** nos termos da cláusula 2.2 e nos prazos estabelecidos pela legislação vigente; bem como o acompanhamento e tramitação do processo durante a vigência da proteção.

**2.3.1.** A **UFAL** fica obrigada a fornecer cópia para à **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”** de todos os documentos que envolvam o(s) pedido(s) de proteção.

**2.3.2.** A **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”,** fica obrigada a ceder procuração para registro de privilégio de patente(s) e de outros documentos concernentes à proteção da propriedade intelectual, sempre que se faça necessário e solicitado pela **UFAL**.

**2.4.** Os custos de proteção (depósito ou registro), no Brasil serão suportados pelas **PARTES,** na proporção de seu percentual de cotitularidade, conforme estabelecido na cláusula 2.2, ou seja, XX% (XXXX por cento) para a **UFAL** e XX% (XXXX por cento) para a **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”.**

**2.4.1.** A **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”** deverá reembolsar a **UFAL**, na proporção dos percentuais estabelecidos no item acima, pelos custos referentes ao processo de proteção da tecnologia, desde a data de depósito do pedido de patente no INPI, mediante a devida comprovação, através de Guia de Recolhimento da União – GRU ou similar, a ser emitida na época do respectivo pagamento.

**2.4.2.** As PARTESavaliarão se a propriedade intelectual será protegida no exterior, em se concretizando esta possibilidade, a **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”** arcará com os custos do depósito, ficando responsável pelo seu acompanhamento, devendo informar à UFAL o respectivo andamento, sempre que solicitado.

**2.5.** A **UFAL** e a **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”** poderão ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre as proteções, obtendo para si, os resultados financeiros decorrentes, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições da Lei nº. 10.973, de 02 de Dezembro de 2004 alterada pela Lei nº 13.243/2016, e a Resolução n.º 107/2022 – CONSUNI/UFAL.

**2.6.** Caberá às **PARTES** tomar as devidas providências legais e judiciais no sentido de resguardar a propriedade, apropriação e o uso indevido por terceiros, da tecnologia objeto deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXPLORAÇÃO**

**3.1.** No caso de desenvolvimento e comercialização futura da “PROTEÇÃO” por uma das PARTES, esta se compromete a repassar os valores devidos para a(s) outra(s) parte(s) envolvida(s), respeitando o percentual estabelecido na cláusula 2.2.

**3.2.** As **PARTES** se autorizam mutuamente a negociar e firmar contratos de licenciamento com terceiros, que conterão, entre outras, cláusulas de utilização, Propriedade Intelectual sobre aperfeiçoamentos e pagamentos, sendo que os benefícios decorrentes da exploração, envolvendo a(s) proteção(ões) objeto deste Contrato serão da **UFAL e “NOME/SIGLA DO COTITULAR”**, de acordo com a proporção de percentual de participação na titularidade.

**3.2.1.** A outra parte deverá ser devidamente informada do contrato de licenciamento firmado mencionado no item 3.2.

**3.3.** As **PARTES**, **UFAL** e **“NOME/SIGLA DO COTITULAR”,** têm prioridade na sua produção e exploração comercial direta da “PROTEÇÃO” descrita na Cláusula Primeira, respeitado o disposto no Item 3.1.

**3.3.1**. A recusa injustificada por qualquer um dos titulares em licenciar a “PROTEÇÃO”, autoriza os outros titulares a proceder ao licenciamento individualmente.

**3.4.** É permitido o uso não comercial e interno da tecnologia pelos cotitulares para fins meramente didáticos, não cabendo neste caso, nenhum tipo de remuneração ou contrapartida.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PROMOÇÃO E/OU DIVULGAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**4.1.** Todas as **PARTES** envolvidas ficarão responsáveis pela promoção e divulgação da “PROTEÇÃO”, desde que sempre citados os demais cotitulares, autores ou inventores, observadas as recíprocas comunicações.

**4.2.** Caso a tecnologiaresulte em obra científica ou literária, a participação de cada parte e sua eventual utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

**4.3.** As **PARTES** se obrigam às recíprocas comunicações, sobre eventuais aperfeiçoamentos e/ou pesquisas realizadas sobre o objeto deste contrato, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado.

**4.3.1.** Caso resultem dos aperfeiçoamentos em referências, inventos ou inovações passíveis de obtenção de privilégio ou patentes, nos termos da legislação brasileira, das convenções internacionais de que o Brasil é signatário ou ainda da legislação nacional dos países onde haja interesse de proteção, a participação de cada parte será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DO CONTRATO**

**5.1.** Para constituir a Cooperação Técnica e Administrativa do presente Instrumento ficam indicados, pela **UFAL o(a) Sr(a)** xxxxxxxxxx, Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFAL, portador(a) da carteira de identidade n.º xxxxx SSP/AL, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxxx; pela “NOME/SIGLA DO COTITULAR” o(a) Sr(a) xxx, cargo xxx, portador(a) da carteira de identidade n.º xxxx, SSP/AL, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxx.

**5.2.** Caberá à coordenação Técnica e Administrativa a responsabilidade pela solução e pelo encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Instrumento, bem como supervisionar e gerenciar, inclusive financeiramente, obedecendo ao constante na Lei nº. 10.973, de 02 de Dezembro de 2004 alterada pela Lei nº 13.243/2016, no Decreto n° 9.283/2018 e as disposições da Lei n° 14.133/2021.

**CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA**

**6.1** O presente Instrumento vigorará a partir da data da sua assinatura até o término de vigência da última patente ou do arquivamento definitivo do pedido de patente.

**Parágrafo único.** Caso não seja concedida a carta-patente da TECNOLOGIA pelos órgãos competentes, as PARTES definirão em instrumento específico as condições relativas a transferência do know-how.

**CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS**

**7.1.** Alterações neste Instrumento acordadas entre as **PARTES** deverão ser obrigatoriamente descritas em termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

**7.2.** A publicação do presente Instrumento e de suas alterações formalizadas por meio de Termo Aditivo ficará a cargo da **UFAL**, publicado até o 5° dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 6º da Lei no 13.243/2016, sendo feito em sítio eletrônico oficial (<https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/inovacao-tecnologica>).

**7.3.** Este Instrumento vinculará e reverterá em benefício dos sucessores e dos beneficiários da transferência do mesmo pelas **PARTES**, as quais não terão direito de transferir o mesmo ou quaisquer de seus poderes, funções ou obrigações sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.

**7.4.** A tolerância de qualquer das **PARTES** na exigência do cumprimento das obrigações previstas neste contrato não exime as outras **PARTES** de responsabilidade, podendo ser exigido o adimplemento da obrigação.

**7.5.** Fica claro e expressamente convencionado que o não exercício por qualquer das **PARTES** de direito a ela conferido pelo presente contrato ou tolerância em impor estritamente seus direitos incluída a eventual aceitação de uma das **PARTES**, do atraso ou não cumprimento de quaisquer das obrigações das outras **PARTES**, serão considerados como mera liberalidade não implicando em novação, renúncia ou perda dos direitos oriundos desse inadimplemento.

**7.6.** Quaisquer comunicações ou solicitações previstas neste contrato serão efetuadas por carta e serão enviadas entre as **PARTES** nos seguintes endereços:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

**A/C xxxxxxxxxxx**

**Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP 57072-970 – Maceió - AL**

**E-mail: nit@propep.ufal.br**

**A/C “NOME/SIGLA DO COTITULAR”**

**A/C (nome do responsável)**

**Rua xxxxx, nr. Xxxx – Bairro xxx, CEP xxxxxx-xxx – Cidade, UF (endereço completo para correspondência)**

**E-mail: xxx**

**7.7.** Qualquer comunicação ou solicitação prevista neste contrato será considerada como tendo sido legalmente entregue e eficaz:

**7.8.** Quando entregue em mãos a algum diretor ou funcionário responsável da parte a quem foi dirigida;

**7.8.1.** Se enviada por correio, registrada e devidamente endereçada, quando recebida pelo destinatário;

**7.8.2.** Se enviada por correio eletrônico, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

**7.9.** Qualquer das **PARTES** poderá, mediante comunicação por escrito às outras **PARTES**, alterar o endereço para o qual as comunicações ou solicitações devem ser enviadas.

**7.10** O presente Instrumento, juntamente com eventuais anexos e aditivos, que rubricados, fazem parte integrante do presente Instrumento, contém o acordo integral entre as **PARTES** e substituirá todo e qualquer entendimento feito anteriormente, quer por escrito, quer verbalmente.

**7.11.** Nenhuma das **PARTES** será obrigada, por quaisquer termos referentes ao assunto deste contrato, que não seja o contido neste Instrumento ou conforme seja estabelecido posteriormente por escrito, assinados pelas **PARTES** com as mesmas formalidades aqui contidas e especifica e explicitamente reconhecido como um aditivo ao presente contrato.

**7.12.** Se, durante a vigência deste contrato, qualquer disposição nele contida vier a ser declarada ilegal e/ou inexequível, tal declaração não afetará a validade e/ou exequibilidade do texto remanescente, que permanecerá em pleno vigor e efeito.

**7.13.** Os casos omissos relativos a este contrato serão resolvidos pelas **PARTES**, que se comunicarão para definir as providências a serem tomadas.

**CLÁUSULA OITAVA – FORO**

**8.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para dirimir questões oriundas da execução deste Instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, as **PARTES** assinam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Maceió, xx de xxx de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **XX NOME XX**  Coordenador(a) do NIT/UFAL | **XX NOME XX**  Cargo e Instituição |

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG/CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RG/CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_